

## Foucault: política e arqueologia

Benjamim Brum Neto\*

RIBAS, Thiago Fortes. *Foucault: saber, verdade e política*. São Paulo: Intermeios, 2017, 210 páginas.

O livro de Ribas, fruto de sua tese de doutorado defendida no departamento de filosofia da Universidade Federal do Paraná em 2016, é o resultado do árduo trabalho de um jovem pesquisador, que revela, no entanto, maturidade no trato com os escritos de Michel Foucault. O excelente desempenho obtido nesse livro, e sobretudo na profundidade e clareza com que trabalha com os textos do final da década de 1960 e início da década de 1970 do filósofo francês, é proveniente de uma longa relação com sua obra. Já em sua dissertação de mestrado, que também se tornou livro, intitulado *Foucault: verdade e loucura no nascimento da arqueologia*, Ribas nos mostrou sua competência em facilitar o acesso ao complexo pensamento do filósofo. Em *Foucault: saber, verdade e política*, o que observamos é a continuação de suas qualidades como escritor, porém, aperfeiçoadas pelo tempo e pelos estudos – que incluem um período de doutorado sanduíche na França, onde realizou importantes cursos e trocas com diversos especialistas da obra de Foucault. Basta conferirmos a bibliografia consultada por Ribas para percebemos muitos nomes relativamente novos nos estudos foucaultianos. Portanto, vale desde já notar que o livro que aqui resenhamos se inscreve em uma nova geração de intérpretes da obra do filósofo francês, que, no entanto, não deixa de estabelecer um debate com a tradição que desde os anos 1960 vem recepcionando as ideias do filósofo no Brasil.

Já na introdução do livro somos apresentados ao assunto central da tese: a ideia de que a noção de saber e verdade constituem o horizonte sobre o qual a dimensão política da obra de Foucault ganha ampla inteligibilidade, o que torna o método ou “fase” arqueológica tão política quanto qualquer outra reflexão posterior do filósofo. Contudo, mais interessante do que a tese em si sobre o estatuto da política nos escritos arqueológicos de Foucault – e, talvez, o que mais chame atenção no livro –, seja a própria relação de Ribas com os textos

---

\* Doutorando em filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Contato: [benjamim.brum@gmail.com](mailto:benjamim.brum@gmail.com)

do filósofo. Ao longo da leitura, percebemos que o autor não se deixa capturar por uma “missão hermenêutica” de uma suposta filosofia foucaultiana. Ribas não se cansa de reiterar que sua tese não visa a exposição de um não dito do pensamento do filósofo, como se subjacente aos trabalhos dele houvesse uma intenção ou uma ideia fundamental que atuaria como guia de todo o seu pensamento. Ao contrário, em vez de se perguntar pela verdade do pensamento de Foucault, como se ele tivesse alguma pretensão de escrever um sistema ou uma doutrina, Ribas se coloca como alguém que se lança ao desafio de *experimentar* uma possível via de acesso ao pensamento foucaultiano e, assim, contribuir não apenas com a exegese dos textos do filósofo, mas também com os possíveis e coerentes usos de seus conceitos e análises. Recusando-se, portanto, a identificar sua tese a um comentário à obra de Foucault, mas também a fazer um uso arbitrário de seus conceitos, Ribas faz jus à conhecida expressão deleuziana que caracteriza a obra de Foucault como uma “caixa de ferramentas”. Trata-se, portanto, de uma tese que pretende realizar uma leitura arqueológica da experiência de arqueólogo de Foucault. Uma experiência que não se limita à uma mera preocupação com a constituição dos saberes, mas que também realiza um gesto político. Como resultado, a leitura de seu livro não suscita no leitor apenas a sensação de compreender com maior clareza alguns dos momentos decisivos da reflexão do filósofo francês, mas também a de compreender de que forma nossa realidade política está numa intrínseca relação com uma política da verdade e uma política dos saberes. Talvez, mais fundamental do que a compreensão de como história, saberes, política e verdade se articulam na obra de Foucault, seja perceber que, ao longo da obra, Ribas pretendia reforçar o caráter singular – portanto histórico – e político de nossos modos de existência, que existem graças aos horizontes de inteligibilidade tornados possíveis pela política dos saberes e dos discursos.

O objetivo da tese é o de pensar uma política alargada, uma política capaz de abranger o período genealógico de Foucault (a partir dos anos 1970), no qual a reflexão sobre o poder se encontra de uma forma mais explícita, mas, também, uma política que não deixe de se medir com todo o desenvolvimento da temática da constituição histórica dos saberes, do papel do intelectual e da transformação de si. Nesse sentido, o autor pretende pluralizar as entradas e o alcance do pensamento político foucaultiano, indo na contramão de uma série de leituras, já bastante arraigadas, que tendem a ler a obra do filósofo a partir do preconceito da existência de três fases distintas e estanques em seu pensamento: arqueologia, genealogia

e genealogia da ética. As duas leituras mais frontalmente combatidas por Ribas, no sentido de uma divisão ou descontinuidade significativa no interior da reflexão de Foucault – com destaque para a passagem da arqueologia à genealogia –, é a de Dreyfus e Rabinow, autores que afirmariam haver um “abandono do projeto arqueológico” no início da genealogia, e a de Blanchot, autor que, a partir de 1975, com a publicação de *Vigiar e punir*, enxergará em Foucault uma substituição da preocupação com a prática discursiva pela da prática social. Há também críticas à leitura de Roberto Machado e à de Benedito Nunes. Tratam-se, no entanto, de críticas relativamente brandas, mais no sentido de uma correção ou alargamento, do que propriamente uma contraposição. O interessante desse livro, portanto, é que o autor se debruça sobre a obra de Foucault a partir da “fixidez dos deslocamentos” (a expressão é de Márcio Alves da Fonseca). Isso significa que Ribas concilia, em seu trabalho, uma unidade argumentativa e uma linha de raciocínio útil à compreensão de variados períodos da obra de Foucault, sem deixar, no entanto, de contemplar suas transformações internas. Abstendo-se de afirmar que haveria uma intenção mais fundamental nos escritos foucaultianos, Ribas consegue harmonizar as exigências teóricas – e disciplinares – de uma tese acadêmica, com a fluidez e com o caráter experimental de quem entende que Foucault escreve ficções que nos ajudam a compreender o caráter ficcional e instável das nossas concepções políticas, mas também epistemológicas.

O livro é composto por três capítulos e se desenvolve sobretudo a partir da interpretação de textos publicados no período compreendido entre 1968 a 1971 da produção intelectual de Foucault. O primeiro capítulo, *Politização do arquivo*, toma como ponto de partida dois textos: *Réponse à une question* e *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*. Entre Kant e Nietzsche, mas sobretudo contra Sartre, é como Ribas escolhe apresentar as características da arqueologia dos saberes e a tarefa do diagnóstico que Foucault propõe por meio de uma ressignificação da articulação entre história, política e verdade. Se, por um lado, a filosofia crítica de Kant é contemplada pela arqueologia de Foucault, na medida em que ela se preocupa “menos dos objetos, que do nosso modo de conhecer”, por outro lado, o arqueólogo não visa estabelecer os limites do alcance do conhecimento a partir de um fundamento seguro num sujeito transcendental. Ele parte, antes, da constatação da existência da linguagem, o que o leva à busca de uma relação completamente diversa com os fatos. De saída, ao considerar a linguagem, ou ainda, a

existência – a materialidade – do discurso, o arqueológico ressignifica a relação da investigação proposta com a história, deixando de visar o permanente e o universal para focar no contingente e no singular. Não tanto as continuidades e causalidades abstratas da história, mas suas rupturas, suas descontinuidades. Ribas nos mostra que a tarefa da filosofia como diagnóstico é uma atividade de linguagem que abandona o transcendental e restitui o próprio pensamento filosófico ao fluxo histórico. E é nesse sentido que Foucault estaria sendo nietzschiano.

Toda essa relação com a filosofia alemã ganha cores quando Ribas se propõe a mostrar de que forma o privilégio do sentido histórico em detrimento do transcendental aparece na querela entre humanistas e estruturalistas. Levando em consideração todas as nuances da obra de Foucault, nem sempre compatíveis com o estruturalismo, Ribas se detém criteriosamente sobre a “filosofia prescritiva” de Sartre, em contraposição a uma “filosofia analítica” possibilitada pelo estruturalismo. De um lado, temos Sartre como representante do existencialismo e do humanismo francês a ditar a necessidade de se pensar o Sujeito, a História e o conflito dialético que estaria encaminhando a sociedade à realização de uma verdade transcendental, o que conferiria à política e ao engajamento sartreano um aspecto progressista. Do outro lado, temos Foucault ocupando a posição de arqueólogo, isto é, propondo uma reflexão sobre uma política dos saberes. De acordo com Sartre, ao se voltar para as regras de constituição dos discursos em detrimento do privilégio da praxis ou da consciência ou da História, Foucault estaria se comprometendo com a visão burguesa da narrativa histórica. Para Sartre, negar a razão dialética da história é o mesmo que negar a própria política. Foucault, como bem pontua Ribas, reconhece que o estudo analítico do estruturalismo nem sempre é imediatamente útil ao engajamento político nos termos exigidos pelo pensamento sartreano. Ele é, contudo, assertivo: “acredito [...] que o estruturalismo deve poder fornecer a toda ação política um instrumento analítico que é sem dúvida indispensável. A política não é necessariamente destinada à ignorância” (p. 69).

O que está em questão para Ribas, portanto, é mostrar que a arqueologia foucaultiana visa os saberes e os discursos como partes integrantes da política. Mas também que a visão da política sartreana é datada (Foucault a remete ao século XIX) e comprometida com elementos abstratos e falsos universais (a noção de liberdade, por exemplo). A reflexão

foucaultiana prescinde de uma separação definitiva entre epistemologia e política. E o local onde a união entre a arqueologia dos saberes e a filosofia política de Foucault aparece com maior clareza é na elaboração de diagnósticos. A tarefa do diagnóstico se opõe àquela da filosofia prescritiva por se situar no historicamente singular, e não se basear nas orientações universalizantes. O singular em detrimento do universal, o diferente em detrimento da identidade, as transformações em detrimento da permanência: assim se caracteriza o essencial do que a filosofia enquanto diagnóstico se propõe como tarefa.

O segundo capítulo, *História dos saberes: uma resposta política*, está numa sucessão lógica e cronológica com o primeiro. No primeiro capítulo, Ribas buscou preparar o solo por meio de dois textos que declaradamente se voltavam contra as críticas aos livros escritos de Foucault: *História da loucura*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*. No segundo capítulo, encontramos uma condensação de todos os argumentos contra os críticos a partir da *Arqueologia do saber*, obra em que Foucault visa, antes de tudo, denunciar o aspecto político, e, portanto, a posição estratégica, a crítica às suas obras. Foucault parece entender que a concepção de uma consciência humana como motor da história, muito mais do que política, seria ideológica. A vinculação postulada entre consciência e História é a grande inimiga de Foucault, pois pensar a história como uma espécie de grande memória tem como pressuposto um universal antropológico. Por sua vez, a problematização do documento que está em questão na *Arqueologia do saber* tem por pressuposto a recusa à totalização que essas concepções implicam. O documento é aquilo que permite considerar a história a partir de uma noção alargada de perspectiva, bem como de compreendê-la numa acepção política menos abstrata. Para Foucault, estaria em questão a transformação dos documentos em monumentos, o que tornaria possível a compreensão dos enunciados e das significações a partir do jogo de suas diferenças, e não a partir de um sentido prévio a ser descoberto. Tratar os documentos como monumentos significa recusar a ideia de que os documentos estão à serviço da História. Os documentos não devem ser lidos à luz do verdadeiro devir histórico, mas devem ser apreendidos no jogo de suas próprias relações. A apreensão da diferença permitirá colocar a noção de devir histórico em questão ou até mesmo declarar seu óbito. As verdades – e não a Verdade – buscadas pelo arqueólogo surgem a partir dos efeitos de racionalidades, que, por sua vez, decorrem da regularidade dos enunciados.

O arqueólogo, como nos explica Ribas, ressignifica a relação entre teoria e prática. Ele pensa a prática discursiva produtora do enunciado a partir de sua concretude, de sua materialidade. Isto quer dizer que o arqueólogo pensa o enunciado a partir de sua existência. Como se vê no terceiro capítulo, é também sob a perspectiva da existência que Foucault pretende tratar do poder: “Talvez a filosofia possa exercer um papel do lado do contrapoder [...] com a condição de que a filosofia deixe de colocar a questão do poder em termos de bem ou mal, mas em termos de existência” (p. 139). Essa perspectiva faz com que saber e poder não sejam unidos apenas numa relação de exterioridade. O ponto de vista da existência, que é o da concretude, parte das práticas discursivas, as quais permitem um recuo em relação às disputas políticas institucionais. Ao tomar as práticas discursivas como ponto de partida, o arqueólogo não se deteria nas transformações do sentido ou da forma do discurso. O arqueólogo busca estudar as condições de emergência, de inserção e de funcionamento (poderíamos ainda acrescentar a eficácia) dos discursos. Em suma, o arqueólogo estuda os modos de existência do discurso.

A tese de Ribas é a de que há uma relação de imanência entre saber e poder na arqueologia, de modo que a apreensão dos saberes implica um posicionamento e uma preocupação política já nos escritos dos anos 1960. Ao pensar a prática discursiva, Foucault estaria colocando em questão os elementos produzidos pelos enunciados “em suas relações de atualização do referencial, da posição de enunciação, do correlato conceitual e das estratégias teóricas que são postas em jogo por um discurso determinado, sendo essas mesmas relações indissociáveis da questão do poder” (p. 132). Desse modo, as transformações pelas quais as reflexões foucaultianas passam, devem ser entendidas, antes, como mudanças de enfoque e de campos de análise, e não como mudanças na natureza da experiência de pensamento. Prova disso seria o fato de que os saberes continuam a ser problematizados em suas obras. Assim, ao passar ao que o próprio filósofo chama de genealogia, Foucault continua interrogando os saberes, porém, com enfoque na relação com o poder. Na sequência, ao buscar uma genealogia da ética, Foucault passa a se concentrar na relação dos saberes com as práticas de constituição de si. E a arqueologia, enquanto momento inicial dessa diversidade de experiências de pensamento, só pode ser compreendida, na economia dos escritos de Foucault, como uma condição de possibilidade jamais superada em relação as demais pesquisas que a sucederam. Essa reflexão nos permite entender o caráter

móvel do pensamento de Foucault. Mesmo que não haja uma continuidade absoluta em seu pensamento, mas, antes, transformações, é possível cogitarmos, como o faz exemplarmente Ribas nesse livro, temas constantes que se adaptam às diferentes perspectivas que sua reflexão o conduz.

O terceiro capítulo, *Delimitação estratégica dos sistemas de verdade*, consiste numa das partes mais interessantes da tese, pois é onde Ribas mostra com maior clareza o caráter político e histórico das investigações sobre os saberes. Os três textos privilegiados nesse último capítulo da tese são *A ordem do discurso*, *Leçons sur la volonté de savoir* e *Nietzsche, a genealogia e a história*. Recorrendo à uma espécie de genealogia da vontade de saber, Ribas pretende mostrar de que forma Foucault elabora um modelo de análise das relações entre conhecimento e desejo, saber e poder, verdade e interesse que se voltam contra uma espécie de paradigma platônico-aristotélico. A proposta analítica de Foucault partiria, antes, de um modelo nietzschiano que pensaria a partir de uma complementaridade entre a função crítica e a função genealógica. A filosofia sob a insígnia do paradigma platônico-aristotélico diria respeito à tradição filosófica em geral que, amparada na divisão entre o verdadeiro e o falso, teria concedido a forma hegemônica do fazer filosófico de nossa civilização. Nesse sentido, a primeira questão abordada por Foucault diz respeito à relação entre conhecimento e o desejo de conhecimento. De um lado, num primeiro momento, teríamos os filósofos (representados por Platão e Aristóteles) que defenderiam que o desejo de conhecer seria interno ao próprio conhecimento. Para tanto, enquanto a estratégia platônica recorreria à noção de reminiscência, o estagirita recorreria à noção metafísica de causa final para relacionar o homem ao conhecimento à despeito da inutilidade deste último para a vida. Se, para Platão, o conhecimento é indissociável do desejo de conhecimento, isso se explica pelo fato de que o conhecimento, para ele, é somente recordação. Desse modo, já em Platão, teríamos uma separação do conhecimento com o corpo. O conhecimento, para Platão, seria livre da arbitrariedade do mundo sensível e, portanto, da ordem das ideias universais e necessárias. Em Aristóteles, encontraríamos um refinamento nessa explicação. Haveria uma naturalidade do desejo de conhecimento no homem, apesar de sua inutilidade à vida. Com isso, Aristóteles pretenderia separar o conhecer das outras atividades humanas voltadas à satisfação das necessidades corporais. As sensações corpóreas seriam aquilo que teríamos em comum com os animais. A especificidade da alma racional humana residiria na satisfação

que encontramos no conhecimento, o que faz dele a causa final do homem. Dessa forma, a singularidade humana estaria na capacidade de uma espécie de satisfação da ordem da contemplação. À essa relação de interioridade entre conhecimento e desejo de conhecimento se oporia, na leitura de Foucault, a sofística. A constituição do campo de verdade da filosofia passaria pela exclusão do discurso sofisticado, assim como o da racionalidade passaria pela exclusão da loucura. Esse ponto de partida leva Ribas a reconstruir alguns dos momentos mais importantes do que, parafraseando Kant, poderíamos chamar de uma “história filosófica da filosofia”<sup>1</sup>, o que parece ser possível apenas ao modo de uma arqueologia.

Essa questão do fazer filosófico, em sua condição de acontecimento histórico da própria filosofia como discurso da verdade, é levada às últimas consequências por Ribas. Na sequência de seu livro, observamos o alcance que essa reflexão inicial entre saber, verdade e política tem na filosofia de Foucault. Ela permite pensarmos uma atitude crítica em relação aos modos de governo pela verdade que nos é imposta, bem como é capaz de proporcionar um questionamento dos nossos modos de existência e de subjetivação. Arqueologia, genealogia e ética adquirem sua unificação na questão das formas de vida e em seus potenciais de transformação dos modos de existência.

À título conclusivo, poderíamos dizer que o Foucault de Ribas é claramente um Foucault mordido pela tarântula da suspeita da genealogia nietzschiana: um Foucault vivo, em movimento, que se lança em novas experimentações, além de crítico e perspectivista. Poderíamos, porém, acrescentar: o Foucault de Ribas, que se lança nas experiências de pensamento, é um Foucault que pode ser analogamente aproximado a Walter Benjamin – ao menos, no que diz respeito à dívida deste para com Nietzsche, em relação à forma de fazer filosofia. Basta lembrarmos que, para Benjamin, “método é desvio (*Umweg*)”<sup>2</sup>. Isto é, tanto o filósofo francês quanto o alemão pretendem renunciar ao curso ininterrupto de uma intenção primeira, de modo que o pensamento é livre para começar sempre de novo, ou seja, para respirar e retornar sempre, já modificado, ao ponto de partida. Isso explica, por exemplo, as inúmeras autocríticas e retomadas, por parte de Foucault, de suas pesquisas já publicadas. Nesse sentido, a rejeição de um método fixo significa uma dupla recusa: “ao ideal do caminho

---

<sup>1</sup> KANT, Immanuel. *Os progressos da metafísica*. Trad. Artur Mourão. São Paulo: Edições 70, 1995, p. 130.

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 16.

reto e direto em proveito dos desvios, da errância; e renúncia também ao ‘curso ininterrupto da intenção’, isto é, renúncia à obediência aos mandamentos da vontade subjetiva do autor”<sup>3</sup>. A arqueologia, mas também a genealogia, animadas por sua intenção crítica, aproximam-se, portanto, muito mais de uma forma de exposição, do que de uma forma de conhecimento propriamente dita. É, antes, pela exposição das regularidades e das diferenças entre os enunciados e os saberes que a noção de verdade é apreendida por Foucault como um acontecimento, e não como um objeto de posse. E é a partir dessa outra forma de fazer filosofia, muito mais consciente da historicidade de sua própria condição, que Foucault parece exercitar. Aliás, a consciência da historicidade do fazer filosófico parece ser possível apenas na forma de um exercício. E isso Foucault compreendeu muito bem quando escreveu que o ensaio se dá como uma “experiência modificadora de si no jogo da verdade” e que se dá sobretudo por meio de um “exercício de si no pensamento”<sup>4</sup>. O ensaio, portanto, assim como, para Benjamin, era o tratado, é a forma privilegiada do fazer filosófico de Foucault, pois consiste numa forma privilegiada de encarar o empreendimento intelectual a partir de seu caráter de exercício (*Übung*), de experimento.

Para além da compreensão dessa dimensão experimental dos trabalhos de Foucault, o grande mérito da tese de Ribas é o de chamar nossa atenção para uma série de noções e textos do filósofo sem os quais, como já bem disse Ernani Chaves, a dimensão política do seu pensamento não poderia ser pensada nem em sua singularidade, nem em sua radicalidade.<sup>5</sup> Essas são as razões pelas quais curiosos e especialistas receberão o livro sem grandes resistências teóricas e com muito prazer na leitura.

---

<sup>3</sup> GAGNEBIN, Jeane Marie. *Limiar, aurora e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 70.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris : Gallimard, 1984, p. 15

<sup>5</sup> CHAVES, Ernani. Prefácio. In. Foucault: saber, verdade e política. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 13

### **Referências bibliográficas:**

RIBAS, Thiago Fortes. *Foucault: saber, verdade e política*. São Paulo: Intermeios, 2017.

KANT, Immanuel. *Os progressos da metafísica*. Trad. Artur Motão. São Paulo: Edições 70, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aurora e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris : Gallimard, 1984.

CHAVES, Ernani. Prefácio. In. *Foucault: saber, verdade e política*. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 13

*Recebido em: 10/10/2017*

*Aprovado em: 04/04/2018*